
INDIVIDUALISMO, ANONIMATO E VIOLÊNCIA NA METRÓPOLE

Gilberto Velho

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil

Resumo: *Este artigo discute algumas questões chaves dos estudos urbanos, especialmente sob o ponto de vista antropológico. Tem como foco principal as relações entre vida metropolitana, individualismo e anonimato. Em seguida, a partir dessa problemática, examina o tema da violência no meio urbano, privilegiando a experiência brasileira contemporânea.*

Palavras-chave: *cidade, individualismo, violência e mudança.*

Abstract: *This article deals with some crucial questions in the area of urban studies, specially through an anthropological point of view. Its main focus is on the relations between metropolitan life, individualism and anonymity. Following, it examines the theme of violence in the urban millieu, focusing the contemporary brazilian experience.*

Keywords: *city, individualism, violence and echange.*

|

Desde, pelo menos, Georg Simmel e Max Weber, os cientistas sociais têm se debruçado sobre a especificidade do fenômeno urbano. A Revolução Industrial, com o acelerado crescimento das cidades, acompanhado de novas formas de organização e interação social, delineia questões e desafios associados a própria fundação das Ciências Sociais.

É importante, por exemplo, lembrar a gênese e o desenvolvimento da chamada *Escola de Chicago*, marco crucial na história das Ciências Sociais, particularmente dos estudos urbanos. Em paralelo às motivações científicas e de produção de conhecimento há uma forte preocupação com a questão social evidenciada com o crescimento problemático de Chicago. Sobretudo a partir do final da Guerra Civil Americana (1861-1865), através da chegada de levas de migrantes europeus e americanos, negros e brancos do Sul, cresceu vertigi-

nosamente a cidade e sua população. Vai se constituindo, em poucas décadas, uma metrópole, que apresenta uma sociedade heterogênea, complexa, e diversificada em termos étnicos, econômicos e culturais. A maciça presença de migrantes introduz, entre outras variáveis, uma forte diversificação linguístico-cultural expressa no próprio mapa da cidade, com bairros étnicos e guetos. Esse estabelecimento de fronteiras internas à cidade, com forte dimensão segregativa, é um dos focos de atenção dos pesquisadores de Chicago.¹ A dimensão da organização social do espaço será um dos temas fundamentais dos estudos urbanos, bastante marcados pela experiência de Chicago. A noção de *região moral*, desenvolvida por Park é exemplo significativo dessa tendência quando indivíduos com determinadas características sócio-psicológicas, cujas origens podem ser diversificadas, tendem a concentrar-se em áreas específicas da cidade. A preocupação com a ecologia das populações, as relações com o meio-ambiente e a lógica de seus deslocamentos são parte dessa visão significativamente orientada para a organização social no espaço (ver Park, 1967).

Uma das questões mais interessantes, a partir dessa vertente, é, portanto, compreender a dinâmica social dessas populações, suas relações com a cidade como um todo e entre elas próprias. O acelerado crescimento urbano produz, assim, grandes cidades e metrópoles que ocupam áreas vastas com um número de habitantes que chega, em vários exemplos, à casa dos milhões. Estabelece-se o contraste com as aldeias e pequenas comunidades.

Entre outras análises, além de Simmel e Park, há que se registrar a discussão sobre o chamado contínuo folk-urbano com Robert Redfield (1941), Oscar Lewis (1951) e Horace Miner (1952), sobretudo. A identificação de variáveis que assinalam maiores ou menores níveis de urbanização, sua comparação e diferentes combinações constituem um campo de discussão amplo, diversificado e duradouro. Certamente um dos aspectos mais sublinhados nesse processo trata da maior ou menor *impessoalidade* nas relações sociais, nos diferentes pontos do contínuo, ficando a metrópole no pólo máximo dessa *impessoalidade*. O relacionamento pessoal, direto, “face to face”, seria típico de pequenos grupos, comunidades, aldeias etc. enquanto na cidade, especialmente na metrópole, encontraríamos a distância, a impessoalidade e o anoni-

¹ A Universidade de Chicago é criada em 1892, já desde o início com o seu Departamento de Sociologia e Antropologia.

mato. Assim, haveria também um contraste entre a predominância de vida grupal, comunitária, com forte presença de laços familiares e de parentesco e um individualismo que chegaria na vida metropolitana a formas agonísticas, com perda ou desagregação de redes de parentesco e de reciprocidade. Assim, os indivíduos tenderiam a se organizar em famílias nucleares ou mesmo a ficar cada vez mais isolados, estabelecendo relações mais impessoais e distantes.

O trabalho de pesquisa da Escola de Chicago constitui, por si mesmo, uma extraordinária contribuição com observação direta, coleta de dados, entrevistas, histórias de vida etc. Além disso, ou melhor, associada, existe uma visão da sociedade como um processo em que os indivíduos estão permanentemente interagindo, “doing things together”, em harmonia ou conflito, mas sempre através de relações sociais que são as unidades da vida social e não o indivíduo isolado. A forte influência de Simmel é clara e, embora muitas vezes explicitada, está mais implícita e até subterrânea em boa parte dos trabalhos – ver, por exemplo, Becker (1977, 1996).

Quando Simmel fala em *individualismo(s)*, coloca no plural, diferenciando tipos mas, antes de Dumont, dando destaque ao seu desenvolvimento na sociedade européia moderna (Simmel, 1971). Dumont, por sua vez, retomando, de certo modo, a clássica oposição de Tönnies *comunidade e sociedade*, apropriada pela Escola Sociológica Francesa, assinala a dimensão ocidental-moderna do *individualismo*, caracterizando-o como fenômeno sócio-cultural específico e singular. O autor, como se sabe, estabelece a oposição individualismo e holismo, tomando a sociedade de castas na Índia como paradigma do sistema hierárquico. Seu trabalho sobre a gênese do individualismo no Ocidente estabelece novos patamares de análise, permitindo diálogo com a obra de Simmel e seus herdeiros interacionistas.²

II

É a partir desse quadro de referência que podem ser examinadas as relações entre *individualismo e metrópole*. O desenvolvimento das ideologias individualistas está associado, entre outros fenômenos, à urbanização da sociedade, entendida não só como o crescimento físico das cidades mas como tam-

² Dumont (1966). Sobre as relações entre as obras de Simmel e Dumont, ver Velho (1981, 1994).

bém a difusão de valores ligados ao meio urbano. Na realidade, os individualismos aparecem como dimensão fundamental de uma cultura urbana, expressão de uma sociedade em que o florescimento do comércio, a expansão marítima, a diversificação de atividades e ocupações desde, pelo menos, o final da Idade Média, marcam um processo de mudança acelerado em relação às estruturas tradicionais do feudalismo europeu.

A importância da obra de Weber [sobretudo *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1967) e *The City* (1958)], para a compreensão desse processo é fundamental, mostrando como variáveis sócio-econômicas, ideológicas e/ou culturais somaram-se e potencializaram essas transformações.

Não cabe aqui analisar todas as nuances, matizes, idas e vindas na expansão do individualismo com suas variantes nacionais, regionais e sociológicas em geral. As citadas obras de Simmel e Dumont, cada qual com seus objetivos próprios, contribuem de maneira decisiva para esse mapeamento.

Admitindo-se com Dumont a singularidade da experiência ocidental moderna, por outro lado pode-se acompanhar Simmel na sua diferenciação de individualismos. Dumont, por sua vez, identifica a presença de individualismo na sociedade hindu, através da figura do renunciante e também analisa variantes do individualismo em diferentes contextos nacionais, complexificando o modelo básico de oposição entre individualismo e holismo (Dumont, 1966).

Certamente um dos modos de encaminhar essa discussão é verificar as relações entre contextos públicos e privados na sociedade metropolitana com suas diferentes representações de indivíduo associadas a desempenhos de papéis. Assim voltamos à Escola de Chicago e aos possíveis desdobramentos de seus trabalhos diante de outras indagações e perspectivas. Ninguém melhor do que Goffman examinou a questão do desempenho de papéis, mais ou menos públicos, e suas relações com a privacidade e subjetividade (Goffman, 1959, 1969). Os papéis são diversos, os contextos diferenciados e o anonimato é uma situação, em princípio, típica de grande cidade em uma sociedade complexa moderno-contemporânea. Um dos pontos básicos de Simmel é mostrar que o desenvolvimento dos valores individualistas está associado à possibilidade do indivíduo poder transitar entre diferentes grupos, não sendo englobado, diríamos nós, apenas por um deles. Essa experiência estimula e reforça uma percepção de si mesmo como ser independente. Aproximando Simmel e Dumont para análise do meio urbano, confirma-se que o indivíduo, agente empírico,

aparece cada vez mais como indivíduo-sujeito moral, unidade mínima da vida social, em termos de representações e práticas sociais.

É o trânsito e circulação entre diferentes grupos e meios sociais que é causa e consequência, num processo circular, de expansão dos valores individualistas. Ora, é na cidade que esse fenômeno se dá mais caracteristicamente. Evidentemente não se trata de um desenvolvimento linear. A presença dos laços de parentesco, de compadrio, e a importância dos bairros, das localidades, são variáveis que estabelecem limites sociológicos e psicológicos a essa *liberdade individual*. Logo o modo de internalizar e viver essas ideologias individualistas variará em função de diferentes situações, contextos e trajetórias. Escrevíamos eu e Machado da Silva, em artigo de 1976:

[...] Mais ainda, mostram como os indivíduos podem desempenhar diferentes papéis, mesmo os aparentemente mais contraditórios. Um médico pode ser pai-de-santo, um engenheiro ser adepto da astrologia etc. Eis aí um ponto interessante para contextualizar na cidade. Embora em nenhuma sociedade seja possível falar de um indivíduo desempenhando exclusivamente um papel, a grande metrópole contemporânea oferece características peculiares. Não estamos mais falando de “urbano” em geral. Isto porque na cidade pré-industrial de Sjoberg, por exemplo, ou mesmo na pequena cidade contemporânea, embora as pessoas desempenhem papéis diferentes, estes são, em princípio, conhecidos pelo grupo social inclusivo. A rotina da cidade do interior consiste, exatamente, nisso. As expectativas são cumpridas cotidianamente. Sabe-se que o dono do armazém vai à igreja todo domingo, joga sinuca toda quinta-feira com as mesmas pessoas, é casado, tem tantos filhos etc. Mesmo suas atividades mais clandestinas são, basicamente, controladas. É difícil esconder, por muito tempo, de todos os conhecidos, uma ligação, um hábito etc. Sem dúvida, na metrópole existem pessoas que vivem dentro de esquemas semelhantes em áreas da cidade habitadas por grupos sociais cujo estilo de vida implique nesse tipo de rotina. É óbvio que nem todos os urbanitas têm as mesmas possibilidades de usufruir uma liberdade de ir e vir irrefreada, deslocando-se de meio social para meio social ao seu bel-prazer. Afinal de contas trata-se de uma sociedade estratificada com fronteiras internas bem marcadas. Mas o caráter altamente diferenciado da organização da produção nas grandes cidades da sociedade industrial, com o seu gigantismo paralelo, vai gerar a possibilidade de um anonimato relativo que parece ser peculiar. Seria ilusório atribuir esta característica ao fenômeno urbano em si. As cidades das sociedades escravocratas, feudais etc., não só pela menor diferenciação da organização da

produção, como pelo tamanho, tipo de organização espacial, neste ponto não difeririam tanto da situação do campo. O que seria característico, então, da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Isto é o que seria anonimato relativo. Não seria absoluto, exatamente porque a própria mobilidade que, de um lado, favorece o deslocamento do indivíduo entre diferentes meios sociais, dificulta a existência de áreas exclusivas. (Velho; Machado da Silva, 1977, p. 79-80).

Não se trata da cidade, simplesmente, mas da experiência originalmente vivida na Europa ou, pelo menos em parte dela, sobretudo a partir do séculos XIII/XIV, acelerando-se com as Revoluções Comercial e Industrial. A descoberta da América, a Reforma Protestante, a expansão marítima e comercial, as novas tecnologias de produção, o desenvolvimento do capital financeiro e a industrialização estão entre as principais alavancas dessa transformação que anuncia uma economia cada vez mais global. Uma das manifestações do individualismo é a mobilidade social, tanto horizontal como vertical. Indivíduos e populações deslocam-se, migram, mudam de bairro, cidade e país, conhecendo novas realidades e trazendo suas experiências, valores e aspirações. No contexto dos grandes conglomerados urbanos os indivíduos conviverão com locais, situações e outros indivíduos até então desconhecidos, muitas vezes difíceis de classificar. Devido à dimensão e complexidade do meio, terá, proporcionalmente, muito menos conhecidos e ele, por sua vez, será em princípio um anônimo. Será classificado pela cor de sua pele, pelas roupas, língua, modo de andar, por sua apresentação em geral. Essa classificação poderá implicar em tratamento hostil e discriminação, embora isso possa não ocorrer, em função de variáveis histórico-culturais. De qualquer forma será classificado como membro de alguma categoria, num mundo urbano heterogêneo e diversificado. Na aldeia, no vilarejo, na pequena cidade, também seria, forçosamente membro de uma categoria, só que muito mais ancorado em uma rede de relações pessoais, onde, por exemplo, seria conhecido pelo nome e por seus laços de parentesco e vizinhança. Uma das tarefas que os antropólogos tem enfrentado é estudar sistemas de classificação relacionados à construção de identidades grupais e individuais. Diferentes grupos e categorias sociais tem, historicamente, lidado com a problemática do anonimato, da visibilidade e do reconhecimento. Desde Simmel e, mais recentemente, Goffman e Sennet (1978) e Lasch (1978), pensadores

tem examinado a relação entre culturas subjetiva e objetiva, entre esferas pública e privada e os modos de relacionamento do indivíduo com a *polis*.

A indiferença, o egoísmo, o narcisismo aparecem como expressão do individualismo associados à especificidade da vida metropolitana, à separação de domínios, à fragmentação de papéis, à perda de laços de comunidade, a deformações do capitalismo competitivo, à massificação, entre outros. Portanto, de um lado temos o individualismo(s) como força positiva de transformação, vinculado às idéias de liberdade e igualdade, rompendo com a opressão e rigidez de sistemas tradicionais de dominação e organização social como o feudalismo. De outro, o individualismo aparece como produtor de situações de desagregação e anomia sociais, rompendo com valores e redes de reciprocidade e de atuação pública. Obviamente, em se tratando de público e de privado, a questão da propriedade em uma sociedade capitalista, com seu corolário social é ponto chave nessa discussão sobre direitos individuais e necessidades sociais.

III

Ao trazer alguns desses temas para a metrópole brasileira contemporânea há que inseri-los no quadro mais geral de expansão do capitalismo para as diferentes regiões do mundo, com as Revoluções Comercial e Industrial.

A sociedade tradicional brasileira, desde suas origens, nos séculos XVI e XVII, faz parte de um sistema econômico-político internacional. Os trabalhos de Fernando Novais (1979), Evaldo Cabral de Mello (1998) e Luis Felipe de Alencastro (1979, 1980, 1992), entre outros, mostram com clareza e riqueza a natureza e peculiaridades dessa inserção. A relação cidade/litoral e campo/interior, por sua vez, é eixo central, para o processo social brasileiro. Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Júnior (1942) são os autores clássicos que delinearam as linhas mestras dessa discussão. O fato de o Brasil só ter abolido a escravidão em 1888, independentemente dos aspectos ético-morais, produz um forte efeito na constituição de sua sociedade, como experiência radical de desigualdade. Florestan Fernandes (1965) analisou as ambigüidades desse processo de passagem e coexistência de uma sociedade de castas para uma de classes. Efetivamente, hoje sabemos das ambigüidades dessas relações sociais, onde a questão da cidadania sempre foi bastante problemática para negros e brancos. Quanto à mobilidade, há que salien-

tar a importância dos deslocamentos e migrações dentro do território nacional como mostrou, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda (1958), e da ascensão do mulato como analisada por Gilberto Freyre, sobretudo em *Sobrados e Mucambos* (1936). O sistema escravocrata é integrante de uma sociedade em que a hierarquia é valor fundamental, mas há não só brechas como contextos em que valores individualistas são decisivos. O fato de se reconhecer a existência de mobilidade social complexifica a visão da sociedade tradicional brasileira, mostrando que tanto pelo deslocamento geográfico como por caminhos da estrutura social, particularmente nos centros urbanos, houve alguma fluidez e mecanismos de mudança atuando. Essas mudanças se aceleram com o ciclo do ouro, com a chegada da corte portuguesa em 1808, com a independência, com as lutas nas regências e com o processo de modernização do Segundo Reinado, particularmente a partir de meados do século XIX (Queiróz, 1968). A guerra do Paraguai (1864-1870), a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da república (1889) configuram uma sociedade em que as mudanças já são mais evidentes. O processo de urbanização se acelera com a industrialização, com a crescente imigração européia e migrações internas, agravadas pelas desigualdades regionais. No século XX, a partir do final dos anos quarenta, início dos anos cinquenta, começa a inversão da proporção das populações rural e urbana. O número de habitantes das cidades se multiplica com a explosão demográfica e com a acelerada migração do campo e das pequenas cidades para as grandes metrópoles, sobretudo o Rio de Janeiro e São Paulo, mas também Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e, depois de 1960, Brasília, a nova capital. Os que migram buscam trabalho e melhores condições de vida, como aqueles que iam para Chicago no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. No Brasil pós-abolição há uma numerosa população de origem africana, pouco qualificada em geral, a que se junta a corrente de nortistas e/ou nordestinos, vítimas da seca e da falta de oportunidades. Esses grupos vão compor a maioria da população pobre, de baixa renda, que vai morar nas favelas, nos subúrbios e na periferia das grandes cidades. Habitação, saúde, educação e trabalho são as demandas básicas que, embora sempre precariamente atendidas, vão se deteriorando ainda mais com o crescimento urbano e com as sucessivas crises econômicas.

As relações sociais tradicionais de patronagem, com expectativas de proteção e regras básicas de reciprocidade se esboroam diante da enormidade do

fenômeno de urbanização que extravaza os limites anteriores. O poder público, por sua vez, não consegue atender minimamente as necessidades básicas dessa população, por ineficiência, falta ou má administração de recursos. Por conseguinte, uma das conseqüências desse veloz e desordenado crescimento é uma *crise de mediações*, afetando toda a estrutura social.

Instituições tradicionais como a igreja católica, também por razões práticas e simbólicas, perdem grande parte de seu poder de atuação sobre a população. A grande expansão dos cultos afro-brasileiros e, mais recentemente, das igrejas evangélicas altera o panorama religioso do país. A tradicional família patriarcal das elites, o poder público e a igreja católica não dão conta das novas realidades e desafios, sendo obrigados a tentativas de reformulação. Pode-se considerar que, entre outras razões, o regime militar foi uma tentativa de controlar os novos atores e forças emergentes. O processo de redemocratização encontra uma sociedade repleta de problemas, com grave iniquidade social e com dramática crise de valores. O impressionante desenvolvimento da cultura de massas, especialmente da televisão, introduz temas e linguagens que serão absorvidos de modos distintos pelos diferentes segmentos da população mas, de qualquer forma, cria referências comuns como as telenovelas. As relações entre os níveis de cultura são intensas sem prejuízo das particularidades de grupos de *status* e categorias sociais, assim como dos mecanismos de discriminação existentes. Hermano Vianna mostra, por exemplo, como o samba expressa esse encontro de valores e experiências de grupos diferenciados em termos sociológicos e culturais (Vianna, 1995).

Mesmo com o final do regime militar fica patente que as relações com as camadas populares, apesar de trocas e interações, têm uma natureza cada vez mais explosiva. Há um enorme crescimento da criminalidade, com ampla divulgação pela mídia, tornando o cotidiano, especialmente nas grandes cidades, tenso e perigoso. Com o crescimento do tráfico de drogas associado ao de armas, montam-se redes criminosas com ramificações por todo o país, envolvendo contrabando, seqüestros, que geram atmosfera de grande insegurança. A violência se dá em vários níveis, entre as próprias camadas populares, com grande número de mortos entre homens jovens, decorrentes também do confronto sistemático com a polícia e com os furtos, assaltos, seqüestros e agressões de todos os tipos contra as camadas médias e superiores (ver Velho; Alvito, 1996).

A criminalidade e a insegurança nas ruas não chegam a ser uma absoluta novidade, mas nos últimos vinte anos tem atingido dimensões epidêmicas, afetando toda a sociedade. Já são feitas comparações com a violência na Colômbia e os índices, em geral, são alarmantes. A repressão policial, por sua vez, é extremamente violenta e constantemente indiscriminada em se tratando das camadas populares. Há constantes denúncias sobre a ação policial, as condições das prisões e a lentidão da justiça, alimentando ainda mais o nível de descontentamento, especialmente dos jovens das camadas populares. Os mais “enragés” tendem a reagir contra qualquer tentativa de enquadrá-los no modelo assistencialista do poder público e das igrejas ou por parte das gerações mais velhas. Há várias pesquisas e depoimentos (ver, por exemplo, Zaluar, 1985) que mostram o grau de animosidade, até suicida, daqueles engajados nas gangues ligados ao tráfico de drogas. O recente documentário de João M. Salles, *Notícias de uma Guerra Particular* (1998), mostra, com vigor, o acirramento já atingido no confronto entre esses jovens e o poder público. É preciso salientar que essa violência, ao lado de eventuais medidas filantrópicas do tráfico, é exercida, sobretudo, sobre as próprias camadas populares que ficam, assim, entre dois fogos em verdadeiras batalhas que são travadas nas favelas e na periferia das cidades. Algumas das *gangues* ou alguns de seus membros apresentam-se como protetores de suas “comunidades” contra a violência da polícia e atendendo as suas carências mais imediatas. O fato é que encontram apoios nessas localidades, confirmando, por exemplo, que laços de parentesco podem ter ainda importância, paralelamente às mudanças mencionadas. Sem querer simplificar uma complexa problemática, há que chamar atenção para o lado de *performance* da atuação desses jovens, para serem reconhecidos não só no seu meio, mas na sociedade maior, onde, através da mídia, atingem notoriedade, por mais efêmera e melancólica que nos possa parecer. Não estão englobados pelas famílias nem por redes de parentesco ou compadrio. Trabalham diretamente para bandidos com quem mantêm laços ambíguos e precários de lealdade, sobretudo levando-se em conta a grande mortalidade do seu meio, seja por lutas entre facções, seja por ação da polícia. São individualistas agonísticos, demandando o consumo de bens como vestuário, calçados de *griffe* e, em círculo vicioso, de armas cada vez mais poderosas que são símbolos de poder que reforçam o seu prestígio junto aos seus companheiros e junto às mulheres jovens

que namoram intensamente. É claro que a própria droga, principalmente a cocaína, é moeda de troca fundamental nesse circuito, fazendo e desfazendo com grande rapidez, alianças e quadrilhas. Há polêmicas entre os especialistas sobre o grau de coordenação ou centralização desse mundo do crime. Para alguns, por exemplo, Comando Vermelho (CV) é apenas uma marca, enquanto outros acreditam na sua existência como organização de tipo mafiosa (ver Zaluar, 1999). As ligações dessas atividades, seja com bicheiros seja com empresários que atuam nos bastidores, é muito difícil de ser esclarecida nesse momento e se constitui em grande desafio para o poder público e a sociedade civil. Assim como em Chicago nos anos vinte, há forte interpenetração de interesses da criminalidade e de setores dos órgãos de segurança, mas com a dimensão da miséria terceiro mundista, da iniquidade e da crise social, atinge proporções que instituem novos parâmetros.

Pode-se dizer que nessa conjuntura o lado predador do individualismo aparece com nitidez, mais ou menos associado ao tipo de capitalismo que aqui se desenvolve, muito pouco sensível aos chamados problemas sociais, voltado, sofregamente, para lucros cada vez maiores e mais rápidos. O individualismo das camadas médias e das elites está, por sua vez, voltado para um consumo cada vez mais incentivado pela mídia e pela propaganda e pela busca de prestígio e poder em seus círculos de atuação. Não há nada parecido com as preocupações dos reformadores liberais americanos e menos ainda com o New Deal. Organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos em defesa da cidadania mobilizam uma fração muito limitada da sociedade brasileira. O relativo enfraquecimento da igreja católica diante do crescimento dos evangélicos, provocou a reação do movimento carismático que é a tentativa de recuperar ou criar novos canais de comunicação com o povo, através de rituais celebrados com música, dança e até mesmo formas de transe. De qualquer forma, hoje há uma pluralidade de cultos nas grandes cidades, desde os diferentes rituais afro-brasileiros, espíritas, passando pelo catolicismo, inclusive com suas novas manifestações, abarcando a variedade de igrejas e movimentos protestantes neo-pentecostais, evangélicos etc., sem contar orientalismos, santo daime e outros cultos menos difundidos. No entanto, nem essas religiões nem o Estado, nem a sociedade civil, separados ou juntos, conseguiram produzir uma visão de mundo e uma escala de valores minimamente compartilhadas em torno de uma ética individual e social que

estabeleça um espaço de diálogo democrático, mais efetivo, onde poderia haver lugar para o confronto e negociação das diferenças, diluindo a violência física generalizada.

A situação crítica da sociedade brasileira manifesta-se com particular dramaticidade nos grandes centros urbanos, cenários e produtores de novas formas de interação social onde o conflito assume proporções assustadoras. As ideologias individualistas, ao lado de seu papel inovador e muitas vezes criativo, não produziram uma *cidadania político-cultural* onde houvesse, simultaneamente, maior igualdade político-econômica e espaço mais legítimo para a riqueza e complexidade culturais se desenvolverem com plenitude. Este é, hoje, um dos maiores desafios para os cientistas sociais e para todos aqueles, de algum modo, envolvidos ou interessados em políticas públicas.

Referências

ALENCASTRO, Luis Felipe de. La traite négrière et l'unité nationale brésilienne. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, v. 66, n. 244-245, p. 395-419, 1979.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. L'empire du Brésil. In: DUVERGER, M. (Ed.). *Le concept d'empire*. Paris: PUF, Centre d'Analyse Comparative des Systèmes Politiques, 1980. p. 301-309.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. O aprendizado da colonização. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 135-162, ago. 1992.

BECKER, Howard S. Introdução e Diálogo com Howard S. Becker. In: BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BECKER, Howard S. A Escola de Chicago. *Mana: estudos de antropologia social*, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: essai sur le système des castes*. Paris: Gallimard, 1966.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: Ed. da Universidade de São Paulo, 1965. v. 2.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday: Anchor Books, 1959.

GOFFMAN, Erving. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. New York: The Free Press, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

- LASCH, Christopher. *The culture of narcissism*. New York: Norton, 1978.
- LEWIS, Oscar. *Life in a Mexican village: Tepoztlán restudied*. Urbana: University of Illinois Press, 1951.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998.
- MINER, Horace. The folk-urban continuum. *American Sociological Review*, v. 17, p. 529-537, Oct. 1952
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo, 1979.
- PARK, Robert E. *On social control and collective behavior: selected papers edited and with introduction by Ralph H. Turner*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- QUEIRÓS, Maurício Vinhas. Notas sobre o processo de modernização no Brasil. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, v. 3, n. 1, jan./dez. 1968.
- REDFIELD, Robert. *The folk culture of Yucatan*. Chicago: University of Chicago Press, 1941.
- SALLES, João M.; LUND, Kátia; SALLES, Walter. *Notícias de uma guerra particular*. Rio de Janeiro: Vídeo Filmes, 1998.
- SENNET, Richard. *The fall of public man*. New York: Vintage Books, 1978.
- SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Org. Donald Levine. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- VELHO, Gilberto; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ: Ed. FGV, 1996.

VELHO, Gilberto; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Organização social do meio urbano. *Anuário Antropológico* 76. Tempo Brasileiro, 1977. p. 71-82.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WEBER, Max. *The city*. Org. Martindale e Neuwirth. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1958.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*: v. 1: antropologia. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 1999. p. 13-107.